

BOLETIM INFORMATIVO 1

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA

EDITORIAL



No limiar de mais um ano a AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa apresenta mais um instrumento que visa reforçar a comunicação entre os seus associados.

Sentíamos, de há um tempo a esta parte, que estávamos devendo esta revista digital aos membros. Na realidade, nos últimos dois anos a comunicação com os associados e com o grande público cresceu significativamente. As novas tecnologias de comunicação têm sido responsáveis pelo contínuo interesse em questões atinentes à AULP e seus programas. O sítio da AULP e as redes sociais, sobretudo, são visitados por dezenas de milhares de internautas.

Assumimos que a comunicação desempenha um papel vital na prossecução dos objectivos da AULP. Comunicando nos afirmamos e partilhamos conhecimento, experiências e, fundamentalmente, damos corpo à cidadania lusófona. Melhorando os modelos de comunicação, igualmente, corporizamos o processo de internacionalização das nossas instituições e consolidamos os paradigmas que tipificam a identidade lusófona do ensino superior.

Os últimos anos têm sido de redobrados desafios. Se por um lado, muitas das universidades dos países membros da CPLP enveredaram, claramente, por um processo de massificação do ensino superior, outros se afirmaram na arena internacional. Com mais ou menos recurso, não tem sido descurada a mobilidade discente e docente. Este tem sido um denominador comum que gostaríamos de enaltecer. Os associados têm sido interventivos e relevantes. A AULP almeja não só consolidar os passos já iniciados, mas aumentar a sua intervenção no espaço de afirmação económica, política e cultural. Assumimos que o desenvolvimento dos nossos países e povos assenta no ensino superior e, por conseguinte, a missão estará longe de finalizada.

A AULP continua empenhada na promoção da cooperação entre as diversas instituições de ensino superior, bem como no intensificar a mobilidade dos seus docentes, discentes e investigadores, e ainda impelidos na divulgação e no enriquecimento de informações além-fronteiras, contribuindo para uma crescente aproximação entre os nossos membros. PIAPEE, agora em curso, é um exemplo evidente dessa cooperação. Maioritariamente financiada pela CAPES do Brasil, o PIAPEE vai para além de um mero programa de mobilidade. Tem, então, o condão de, por via do conhecimento científico e da tecnologia, propiciar os caminhos que aproximam os países e povos, engendrar desenvolvimento, estabilidade, segurança alimentar, bem-estar social, prosperidade e um novo modelo de solidariedade.

Portanto, renovamos os votos que a mobilidade docente e discente seja coroada de muito sucesso e que iniciativas desta natureza criem novas sinergias na cooperação entre todos os membros CPLP, incluindo Macau e Timor Leste. Este primeiro programa de mobilidade terá de cimentar o caminho para mais e reforçados programas de pesquisa e extensão universitária.

Para finalizar desejo a todos uma agradável leitura. Faremos o melhor para estar presente com a regularidade desejada. Dependemos, profundamente, da participação de todos os professores, pesquisadores, discentes e outros académicos. Que este espaço, então, sirva de meio facilitador para divulgar os mais pertinentes trabalhos. Aos membros fica a promessa de continuarmos a envidar esforços para nos aproximarmos ainda mais e criar a coesão necessária em torno dos objetivos da AULP. Congratulamos a AULP e os vários países associados, bem como a equipa que garante a visibilidade desta instituição, e todos aqueles que, de alguma forma, dão o seu contributo a esta causa. Felicitamos os parceiros pelo apoio e solidariedade. Desejamos que o bom trabalho continue e que a AULP cresça ainda mais nos próximos tempos.

Continuaremos a trabalhar para não só manter os atuais membros, como também levar a nossa missão a novos locais e comunidades. Todos os caminhos começam com um passo, todos muito curtos, uns mais seguros do que outros. Os da AULP têm sido em direção ao enriquecimento e à massificação da associação. Pretendemos que o cidadão se

identifique com os objetivos que a AULP visa alcançar. No fundo o que esta edição da newsletter procura revelar é um conjunto de iniciativas que dão às línguas e às culturas o papel central.

Professor Doutor Jorge Ferrão
Presidente da AULP

DESTAQUES

O que marcou a presidência da AULP?

Descubra aqui o que mais marcou o mandato de cada um dos Presidentes da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Professor Jorge Ferrão



(2011 - 2014)

O que mais marca a minha gestão da AULP, tem sido o entusiasmo e a confiança que as universidades membros voltaram a depositar na Associação. O número de visitas à nossa página é disso elucidativo. Naturalmente, continuo com a expectativa de que a mobilidade docente e discente será um sucesso e que iniciativas desta natureza criarão novas sinergias na cooperação entre a CPLP e o mundo.



Professor Clélio Campolina Diniz
(2009 - 2011)

Como presidente da AULP, ampliei minha visão da importância da lusofonia, dos laços históricos e culturais que unem o Brasil a Portugal, a África, especialmente a África de língua portuguesa, e aos longínquos Macau e Timor Leste. Na era da sociedade do conhecimento as universidades são o mais importante instrumento para a integração educacional e científica e para a cooperação e o desenvolvimento dos povos irmãos. A AULP, e as Universidades a ela filiadas são os meios para a cooperação entre os países lusófonos e para a sustentação do programa de desenvolvimento destes. Construí relações de amizade que desejo e espero manter ao longo dos anos.



Professor João Guerreiro
(2006 - 2008)

Os aspetos que marcaram com maior relevo o meu desempenho como Presidente da AULP foram três. Em primeiro lugar o primeiro Encontro, sob a minha presidência, realizado em Macau. O acolhimento proporcionado pela Universidade de Macau e a alteração das estratégias dos debates aí realizados, em simultâneo com o primeiro doutoramento em língua portuguesa, reforçaram a nossa ligação àquele

território e permitiram reorientar a ação futura da AULP. Em segundo lugar a criação da Universidade de Cabo Verde e a realização de um novo Encontro na cidade da Praia. As universidades de língua portuguesa marcaram presença em Cabo Verde para prestarem o seu apoio à jovem universidade, em afirmação de um país onde a qualificação dos seus cidadãos tem merecido uma atenção exemplar. Por último, a transferência da presidência para uma universidade brasileira, correspondendo a uma estratégia de integrar com maior expressão o mundo universitário do Brasil, o que, com o apoio dos sucessivos reitores da Universidade Federal de Minas Gerais, foi igualmente conseguido. Foi um período preenchido com iniciativas que convergiram para uma maior aproximação pessoal, profissional e institucional das universidades de língua portuguesa e para uma afirmação coletiva da AULP.

Professor Adriano Pimpão



(2005 - 2006)

Durante o mandato como Presidente da AULP estabeleceram-se os seguintes objetivos: consolidar o papel institucional da AULP em todo o espaço de língua portuguesa, em articulação com a CPLP e construir um espaço de ensino superior com liberdade de circulação de diplomados pelas Universidades dos Países da AULP. O reconhecimento de diplomas deveria basear-se na legibilidade e comparabilidade dos mesmos e validados por um sistema de avaliação da qualidade.



Professor João Teta
(2002 - 2005)

O que mais marcou o meu mandato como Presidente da AULP foi a criação do Espaço de Ensino Superior de uma comunidade de nações irmãs (CPLP), no qual incluiu os nossos amigos da região administrativa de Macau, pela Declaração de Fortaleza, assinada pelos Ministros responsáveis pelo Ensino Superior da CPLP, de 26 de Maio de 2004, tendo sido confiado à AULP o honroso mandato de integrar o grupo de seguimento do processo inerente.





**Professor Brazão Mazula
(1999 - 2002)**

O que mais me marcou foi ver, sentir e viver como, na diversidade de ideias e opiniões, os Membros Associados contribuíam para termos uma AULP sólida, coesa, aberta e pujante.



**Professor Ruy Pauletti
(1996 - 1999)**

Faleceu em março de 2012.



**Professor António Simões Lopes
(1986 - 1996)**

Faleceu em dezembro de 2012.

Lusofonia". Este prémio visa galardoar anualmente uma tese de mestrado ou de doutoramento que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa, iniciativa esta promovida pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que conta ainda com o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para atribuir o prémio e com o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, responsável pela publicação da tese vencedora.

Vox Pop: Alterações no Ensino Superior em Portugal

Face às recentes alterações que o ensino superior em Portugal tem sofrido, a AULP saiu à rua para saber a opinião dos estudantes.

VOX POP

1. Qual é para si o maior problema do ensino superior?
2. O que é que propõe?

Abertas candidaturas ao Prémio Fernão Mendes Pinto 2013



A AULP premeia uma tese de mestrado ou doutoramento que contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa, defendida no ano civil anterior.

O prémio, com edições anuais, tem como objetivo galardoar uma dissertação de mestrado ou

doutoramento, defendida no ano civil anterior, cujo conteúdo contribua para a aproximação das comunidades de língua portuguesa.

As propostas devem ser apresentadas por Universidades ou Institutos de Investigação Científica de países de língua portuguesa. O autor premiado recebe um total de oito mil euros, ficando a publicação do trabalho a cargo do Instituto da Cooperação e da Língua.

Vencedor do Prémio Fernão Mendes Pinto 2011

O vencedor do Prémio Fernão Mendes Pinto 2011 é Cármen Liliana Ferreira Maciel, doutorada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que receberá dez mil euros pela autoria da tese "*A Construção da Comunidade Lusófona a partir do Antigo Centro. Micro-Comunidades e Práticas da*



**Andreia Rodrigues, 21 anos
Faculdade de Ciências na
Universidade de Lisboa (FCUL)**

1. É enveredarmos por um determinado curso e, quando o terminamos, não termos tantas saídas profissionais. Não existe apoio aos alunos que acabam o curso, por exemplo, a nível de parcerias e acordos com instituições que promovam estágios ou outras iniciativas que nos permitam entrar no mercado de trabalho.

2. Ajudar mais os alunos com estágios remunerados, visto existirem cursos que não os disponibilizam e jovens que se submetem a não remunerados só para terem experiência profissional.



**Barbara Leão, 29 anos
Instituto Universitário de Lisboa
(IUL)**

1. Sinto dificuldade em aceder a alguns recursos. Por exemplo, na biblioteca nem sempre consigo aceder à internet, pelo que tenho de ir estudar para casa onde posso ter acesso a bases de dados de todo o mundo, o que para mim, enquanto investigadora, é muito importante. Ainda assim penso que há algumas coisas que têm de ser melhoradas nesse sentido.

2. A existência de espaços onde possa interagir mais com os meus colegas. A mim não me passa pela

cabeça fazer um trabalho de 4 anos e não ter um espaço onde o possa desenvolver.



Daniela Santos Alves, 20 anos, Universidade do Porto (UP) – em ERAMUS, vinda da Universidade Federal de Uberlândia (Minas Gerais)

1. A didática dos professores.

Os docentes deviam estabelecer uma conexão com os alunos para que aprendessem a teoria de uma maneira mais clara. Muitos professores transmitem apenas as matérias na sala de aula, mas não se preocupam em explicar aos alunos o que realmente interessa ser aprendido.

2. Proponho uma formação continuada dos docentes. Sabem muito mas não se preocupam em passar isso para os alunos, ou não sabem como fazê-lo.



Luísa Luz, 21 anos – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL-FCSH)

1. O processo de Bolonha reduziu a duração dos cursos, o que impede os estudantes

de alargarem o seu leque de estudos. O meu curso, História da Arte, é muito pequeno e nós não conseguimos apreender tanta matéria em tão pouco tempo.

2. Propunha que houvesse mais um ano, que as propinas fossem mais baixas, assim como mais apoios aos estudantes, pois acho que ainda são poucos. Propunha, também, uma melhor organização para esta faculdade a nível de espaço tanto para o estudo, como para o almoço. E para isso é preciso mais dinheiro. Melhorar os espaços dedicados ao estudo acrescentaria qualidade à vida universitária.



Flávia Monteiro, 19 anos Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)

1. Muitas pessoas não conseguem pagar o valor das propinas, o que dificulta a continuidade da

sua formação.

2. Se se baixar relativamente o valor das propinas, acho que mais gente conseguiria ingressar no ensino superior. Seria igualmente bom a existência de outro método de pagamento que o facilitasse, como por

exemplo, a possibilidade de pagar em mais prestações.



António Rocha, 18 anos Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)

1. A distância entre professores e alunos. Não há muita ajuda por parte dos docentes aos alunos

quando existem dúvidas. Além disso, há a questão dos preços. Alguns produtos são um pouco caros, seja no bar ou na livraria da faculdade.

2. Igualar os preços aos de outros sítios, onde são mais baratos.



Jorge Borbinha, 20 anos, Faculdade de Ciências na Universidade de Lisboa (FCUL)

1. O valor das propinas é elevado.

Há muita gente que desiste de estudar por causa do preço e se queremos que o país evolua, convém ter mais pessoas a estudar nas universidades.

2. Diminuição do valor das propinas para ajudar os alunos do secundário a entrar na faculdade.



Francisco Andrade, 20 anos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL)

1. O nosso regime de exames. Em muitas faculdades, quando o aluno tem nota necessária para passar à cadeira, não necessita de fazer exame. No nosso caso é como se estivéssemos no ensino secundário, visto que há exames obrigatórios.

2. Instalar um regime semelhante ao de outras faculdades, que não nos obrigue a fazer melhoria caso consigamos nota para concluir a cadeira.

Programa Ciências sem Fronteiras

O programa Ciência sem Fronteiras é um programa da República Federativa do Brasil que visa apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vista a promover a internacionalização da ciência e da tecnologia brasileira.

As universidades portuguesas foram escolhidas como parceiras neste programa, e compete ao CRUP atuar como entidade parceira da Coordenação de

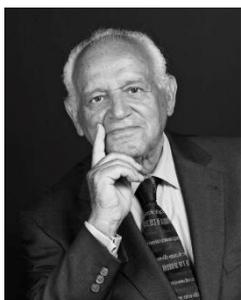
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na implementação do programa em Portugal. O CRUP coordena a definição da oferta formativa, ao passo que o secretariado executivo, instalado na Universidade de Coimbra, assegura a vertente executiva e logística do programa.

Até ao momento foram atribuídas 2853 bolsas para realização de períodos de formação superior em Portugal sendo este o 2.º país com mais estudantes brasileiros colocados em 38 países parceiros.

No período 2012-2015, está prevista a abertura de 6000 vagas para que mais estudantes brasileiros possam estudar em Portugal.

ARTIGOS DE OPINIÃO

50 Anos de Ensino Superior em Moçambique



Moçambique é no meu pensamento e pelo percurso de uma vida errante a minha segunda pátria. Falar sobre a Universidade Eduardo Mondlane é recordar a "capela imperfeita", cuja construção se iniciou em 1962 e que os moçambicanos, com o seu talento e no quadro das suas possibilidades, vêm construindo, colocando-a cada vez mais ao serviço do progresso de uma Nação que tem razões legítimas para acreditar no Futuro. Uma Universidade que tem consciência do valor da "soberania do conhecimento" e que, por isso, se prepara para fortalecer a *inovação aberta*, substituindo esferas de competência redutoras por espaços de cooperação com a sociedade, sob o lema de contribuir para vidas dignas de serem vividas.

Nesse contexto a riqueza derivada de recursos naturais que se avizinha deve estar em simbiose com as ambições pelo alimento sagrado da educação para que a sociedade prossiga caminhos que conduzirá Moçambique a ser um dos Países de África mais competitivos e atractivos.

Ontem e muito mais hoje a Universidade deverá ser uma oficina modelar cuja missão não é consumir ideias mas antes produzi-las e apoiar a sua transformação em bens económicos e culturais.

A Universidade de Eduardo Mondlane não está só. Outras Universidades e Institutos do Ensino Superior de Norte a Sul a acompanham. Com cerca de 30 000 alunos e 1 400 docentes estas instituições saberão

formar políticos, professores, técnicos, cientistas, artistas e outros profissionais cruciais a um desenvolvimento sustentado e sustentável, numa visão criativa entre o Homem e a Natureza e numa postura de harmonia e equilíbrio entre a Qualidade e a Quantidade.

Cá de longe acompanho essa aventura com emoção, recordando o início das aulas da Universidade de Lourenço Marques e os jovens moçambicanos, orgulhando-me de ter iniciado a bela aventura de libertação da sua inteligência.

Recordo, aliás, que em 8 de Agosto de 1969 o New York Times num artigo de Richard Eder sobre "*Portuguese in Angola are divided over racial policies*" escreveu que a Universidade de Lourenço Marques o seu Reitor desafiavam abertamente os conservadores. Transcrevo estas declarações que reproduzo: "he was freely critical of the inactivity of the fact and of the great disparities of the present ... The rector of Lourenço Marques University, was freely critical of the inactivity of the past and of the great social disparities of the present. Only 15 per cent of the university's enrollment is black, he said, but the proportion will increase year by year.

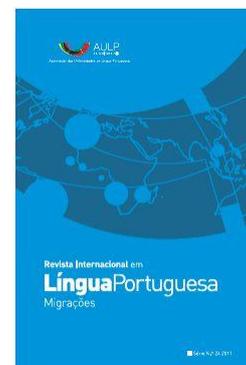
But even now, I insist that this is not a white university", he said, "and by the same standard, I insist that when there are 5,000 blacks and 1,000 whites enrolled, it must not become a black university".

Universidade em Moçambique, baluarte da dignidade humana, estas palavras apenas significam que ontem como hoje os moçambicanos são meus irmãos. Boa sorte companheiros.

Veiga Simão

"Migrações" - 24ª edição da Revista Internacional em Língua Portuguesa

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP), publicação anual da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), teve a sua 24ª edição dedicada, no ano passado, ao estudo da Migração Internacional nos países lusófonos (III Série, número 24/2011). De forma pioneira, o documento apresenta reflexões sobre um tema que, na atualidade, tem ganho vivo interesse e ainda não havia sido tratado, em conjunto, por uma publicação internacional.



A importância do trabalho traduz-se na oportunidade de cruzar conhecimentos e experiências entre países que falam a mesma língua, apesar da localização geográfica ser diversa, e de permitir a discussão da nova dinâmica migratória, ponto de fundamental importância para o entendimento dos deslocamentos populacionais na segunda década do novo milénio.

Os artigos publicados nesse número da Revista Internacional em Língua Portuguesa efetuam um levantamento dos problemas migratórios dos países lusófonos dentro de uma perspectiva histórica que une a todos e, em muitos casos, focam as mudanças recentes que estão a levar a um novo paradigma.

No total são 14 artigos, entre textos e resenhas, que tratam de realidades específicas dos países lusófonos. África está representada por oito artigos: o primeiro, mais geral, tratando da relação entre migração e desenvolvimento no âmbito da África de língua portuguesa e os outros abordando a questão sob a ótica de cada país, a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O Brasil está representado por dois artigos, um tratando o processo migratório internacional de forma geral e outro tocando na sensível questão do refúgio. No caso de Portugal, os dois textos buscam, num, mostrar a evolução do sistema migratório lusófono, e noutro, tratar das políticas de imigração em Portugal. Duas notas de estudos finalizam a obra, uma sobre a situação em Macau e a outra sobre Timor-Leste.

Ficam evidentes nestes artigos alguns elementos que merecem nota: o carácter muito dinâmico das migrações internacionais nos espaços de língua portuguesa, a relativa heterogeneidade entre eles e, também, a sua forte interdependência.

*Duval Magalhães Fernandes (Esq.) João Peixoto (Dir.)
Coordenadores científicos da Revista Internacional
em Língua Portuguesa (RILP)*

ENTREVISTAS

PIAPEE: "No nosso entendimento não se pode separar as três dimensões da vida académica e universitária, ou seja, ensino, pesquisa e extensão"

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) entrevistou um dos Vice Presidentes da Associação, na qualidade de Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), o

Professor Doutor Clélio Campolina Diniz, relativamente à importância do PIAPEE enquanto elo fulcral entre universidades de língua portuguesa e um dos pilares dinamizadores do ensino superior.

Uma vez que o PIAPEE se trata de um programa de fomento na área de pesquisa, quais os benefícios para os estudantes e docentes que participem do intercâmbio?

O PIAPEE, como o próprio nome indica, é um programa de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão. Ele tem, portanto, propósitos amplos e abrangentes de integração das atividades académicas no seu conjunto. No nosso entendimento não se pode separar as três dimensões da vida académica e universitária, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Ele visa, portanto, constituir e ampliar a cooperação e a colaboração entre as universidades de língua portuguesa nestas três dimensões.

Que peso tem este programa para o Brasil, numa altura em que o país aumenta o investimento no ensino superior?

O programa permite ampliar os laços com as universidades dos países de língua portuguesa, fortalecendo nossas raízes históricas e contribuindo para aumentar a cooperação e a solidariedade entre eles, com vistas ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, bases para o desenvolvimento económico, social e político.

Este protocolo cinge-se a África. Depois de uma avaliação, considera alargá-lo a outros continentes membros da AULP?

O PIAPEE, como foi estruturado e aprovado pela Assembleia da AULP, é uma proposta mais ampla e ambiciosa para o conjunto das universidades de todos os países de língua portuguesa. O que foi aprovado e está sendo implementado pela CAPES, no momento, é apenas o programa de mobilidade entre as universidades brasileiras e africanas. Espera-se que ele seja ampliado para projetos estruturantes e que outras fontes de financiamento possam ser ampliadas para os demais países. Ou seja, o PIAPEE é a concepção geral. Cada país ou conjunto de países poderão identificar outras fontes de financiamento para ampliar e executar o programa.

Um dos objetivos primordiais do PIAPEE consiste em estimular a pesquisa conjunta entre os países integrantes. De que modo é feito este estímulo?



O Edital da CAPES, em sua primeira etapa, apoia apenas a mobilidade. Outras fontes de financiamento e linhas de atuação poderão ser identificadas para ampliar a abrangência da atuação, como está previsto no próprio programa. Espera-se que desta primeira fase da mobilidade se estabeleçam relações de cooperação e que sejam desenhados programas estruturantes entre as universidades, como por exemplo programas de pós-graduação e de pesquisa conjuntos.

Que balanço faz do programa até agora? Quantas candidaturas receberam?

O programa está em sua fase inicial. É preciso o empenho das universidades para que o mesmo seja implantado com sucesso. Depende do esforço e da disponibilidade das universidades em ampliar o programa. A primeira fase do PIAPEE pode ser identificada como o Edital de mobilidade da CAPES, que está iniciando agora. Foram encaminhadas à CAPES um total de 56 propostas, que estão sendo analisadas.

Quais as expectativas que tem para o PIAPEE nos próximos anos?

A expectativa é que se amplie a integração entre as universidades, com benefício mútuo para o avanço do ensino, da pesquisa e da extensão, base para o desenvolvimento solidário dos povos irmãos.

Reforma no Ensino Superior: "Feita a eliminação daquilo que está mau, poderá passar a haver muito mais confiança naquilo que foi acreditado e que continua a funcionar"



A AULP entrevistou o Presidente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), Alberto Amaral, quanto às metas, às expectativas e aos receios atualmente assumidos pelo próprio em relação aos esforços levados a cabo pela Agência para garantir a melhoria da qualidade do ensino superior em Portugal.

Qual é o papel da A3ES?

O papel da Agência está definido na legislação. Basicamente é a responsabilidade quanto à qualidade do Ensino Superior português, o que se traduz na acreditação de todos os cursos que funcionam em Portugal, e também das próprias

instituições. Portanto, é por essa via que a agência actua.

Num ano de crise, em que se encerram cursos de vários ciclos de estudos, falamos em reestruturação da rede de ensino. A fusão da Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica é exemplo disso?

Portugal em 74, antes da Revolução, tinha um sistema de Ensino Superior extremamente pequeno; um sistema elitista. Havia entre 40 a 50 mil alunos com uma taxa de participação de jovens de 6% a 7%, que era muito baixa em relação à média europeia.

Na sequência da Revolução houve um aumento da procura do Ensino Superior que levou a uma expansão, e Portugal registou um aumento no número de alunos no Ensino Superior muito maior ao apresentado em qualquer outro país. Foi um crescimento enorme, e em meados da década de 90 a taxa de participação já tinha ultrapassado os 50%. Isto significa que este crescimento, extremamente rápido, nem sempre teve em conta os critérios de qualidade e as necessárias exigências.

Mais tarde, com a aplicação do processo de Bolonha, houve também uma fase relativamente confusa, porque o significado de mestrado mudou. Muitas licenciaturas passaram a necessitar de um mestrado por causa de Bolonha, e as instituições provavelmente descoordenaram-se um pouco nessa apresentação de mestrados.

Portanto, chegou agora a altura de reflectir e o que a Agência tem visto é que as instituições têm estado a propor o encerramento de um número muito substancial de cursos.

Eu poderei dizer que, desde que a Agência começou a funcionar, desapareceram à volta de 1500 cursos. O processo é eliminar redundâncias, eliminar cursos que não têm procura. Havia instituições que criaram tantos mestrados que a certa altura eles concorriam entre si, o que não fazia sentido nenhum, e aumentaram muito as necessidades de pessoal docente, o que, como é evidente, numa época de crise não é conveniente. Um dos ajustamentos tem sido esse.

Outra coisa que se poderá verificar é a possibilidade de haver um conjunto de ações das instituições que levem a fusões, associações, etc. Por isso é natural que Portugal tenha, neste momento, cerca de 140 instituições de Ensino Superior, o que é demasiado para um sistema com a nossa dimensão e com o número de alunos que existem.

E assim há um maior controlo da qualidade da própria rede para que esta seja mais funcional...

Isso é uma decisão da instituição. Não compete à Agência fazer decisão em termos de rede. A A3ES só se pronuncia se um determinado curso ou se uma determinada instituição cumpre, ou não, os padrões mínimos de qualidade que estão definidos na legislação. As decisões da rede são mais a nível governamental.

Que vantagens esta avaliação traz às universidades e institutos politécnicos?

Há um efeito que é óbvio: o de eliminar aqueles casos em que o que é oferecido não tem qualidade, não cumpre os padrões mínimos de qualidade que estão estabelecidos, e, portanto, eliminar aqueles casos mais complicados de cursos que não deviam ter existido.

São esses critérios que conduzem ao encerramento de cursos?

A principal virtude da Agência foi ter chamado a atenção das instituições para o facto de não estarem a cumprir, em muitos casos, os padrões exigidos na lei, e dar-lhes a oportunidade de serem elas próprias a tomarem a medida de encerramento.

Como é isso feito?

Nós pedimos às instituições para darem um conjunto de informações. Em primeiro lugar, quais eram os cursos que queriam continuar a ter em funcionamento no futuro e, em segundo lugar, em relação a cada um desses cursos, fornecer uma série de informações nomeadamente em termos de corpo docente, de recursos... Foi evidente que, quando distribuíram o corpo docente pelos cursos todos, o número de docentes não chegou. Houve excesso de criação de mestrados e de licenciaturas.

Algo que sobressaiu foi, talvez, o caso da Lusófona, na qual se encerraram cerca de 20 cursos...

Primeiro falámos nas decisões monetárias. Quando as instituições apresentaram à A3ES os cursos que queriam continuar em funcionamento, não apresentaram cerca de 800. Esses foram eliminados por decisão voluntária das instituições.

Posteriormente, examinámos as informações prestadas em relação aos cursos que queriam que continuassem a funcionar. É fácil porque há um programa que lê bases de dados e que calcula um conjunto de indicadores para cada curso, portanto

logo ali vemos quais são aqueles que fogem ao normal.

Na sequência desta análise seleccionámos outros 700 ou 750 cursos que, olhando para os indicadores, pareciam ter grandes problemas, e agendámos uma reunião com todas as instituições, o que resultou no encerramento de mais 400 cursos.

Portanto, no final destes dois processos (o primeiro referente aos que as instituições eliminaram inicialmente e o segundo aos que eliminaram depois da agência ter chamado a atenção) desapareceram 1200 cursos, ou à volta disso.

Os cerca de 400 que sobraram desses que não cumpriam todos os critérios, foram avaliados. Uma comissão visitou cada um dos cursos e, em relação a esses, eliminaram-se mais cerca de 120. Mas isto foi decisão da Agência, não foi decisão voluntária das instituições. Esses 20, no caso da Lusófona, resultaram da decisão da Agência.

Pode-se dizer que a maior parte dos cursos têm sido encerrados voluntariamente, por proposta das próprias universidades?

Sim, claramente. E na sequência disso houve cerca de 3400 cursos que tiveram a avaliação preliminar; nós separámos 700 cursos, que tinham aparentemente graves problemas, daqueles que continuaram a funcionar até serem avaliados - cerca de 3600 -, e que foram agora divididos em 5 anos. Iremos olhar para cerca de 700 cursos por ano.

O que tem acontecido é que mesmo em relação a estes cursos que tiveram a avaliação preliminar as suas instituições têm continuado a fechar. Já fecharam mais de 300 cursos. As próprias instituições têm estado a ajustar a sua oferta.

Mas, de facto, tem toda a razão. A maior parte dos encerramentos de cursos têm sido proposto pelas próprias instituições, o que é positivo. É muito mais agradável que sejam as instituições a tomar essa decisão do que nós a ter de decidir.

Há quem possa entender a A3ES como um "bicho papão", que vem verificar a funcionalidade do sistema de Ensino Superior, e que é responsável pelo fim de vários cursos...

Quando nós temos um sistema extremamente desregulado, como é o nosso caso, em que foram aprovadas muitas ofertas de mestrados e licenciaturas - sem qualidade e que tinham problemas sérios -, o que os peritos recomendam é

que antes da Agência entrar em funcionamento o ministério faça uma limpeza administrativa do sistema. Quer isto dizer que, se havia determinadas regras, por exemplo, em termos de composição do corpo docente nos doutorados, é fácil sobre o ponto de vista administrativo verificar isso. Ou seja, o ministério poderia ter eliminado à partida esses mil e poucos, o que evitaria a Agência pressionar para isso.

Surgiu logo aqui um problema muito delicado. Como foi a Agência que fez essa limpeza, ou que forçou essa limpeza, podia ser visto como o tal "bicho papão" - e isso é verdade. Isto é, a metodologia de implementação da Agência, sobre esse ponto de vista, não foi a mais correta. Devia ter havido primeiro uma limpeza administrativa antes da Agência começar a funcionar. Foi um risco, mas penso que neste momento o problema está ultrapassado.

Quais foram os apoios disponibilizados aos discentes e docentes que viram os seus cursos encerrados?

Uma vez tomada a decisão de uma não-acreditação, a instituição fica com 3 anos para concluir encerrar o curso, mas a verdade é que quando isso acontece os alunos já estão a ser transferidos para outro sítio. Se um curso não está-acreditado, não pode receber mais alunos.

As regras são claras. Sempre que é uma decisão tomada pela A3ES, e nós fazemos tudo informaticamente, há uma mensagem que vai automaticamente para a Direção Geral e para o ministério. Portanto a própria Direção geral deixa de atribuir número de vagas no ano seguinte.

Não acha que a extinção de cursos poderá atacar ou reduzir a credibilidade e a qualidade do Ensino Superior?

Pelo contrário. Feita a eliminação daquilo que está mau, poderá passar a haver muito mais confiança naquilo que foi acreditado e que continua a funcionar.

Poderá o empregador sentir-se reticente em contratar um licenciado de um curso já extinto? Isto é, poderá a extinção de cursos por em causa a empregabilidade desses licenciados e mestres?

Eventualmente poderá. Daí que os alunos, em geral, optem por mudar de sítio e escolham um lugar mais credível, e não há outro remédio. Contudo, o curso

continua a ser legalmente válido, e quem acabar a licenciatura tem o diploma, igualmente válido.

Aumentará com isto o número de desistentes no ensino superior? Imagine que um estudante em Castelo Branco vê-se obrigado a mudar de curso e não tem como financiar a estadia noutra cidade.

Não haverá maior desistência por causa disto, já que os alunos sairão beneficiados por terem acesso a algo que tem garantida a qualidade. Os alunos, por uma medida de precaução, procuram quanto muito completar o curso noutra sítio.

Em relação ao interior do país, por exemplo, a grande intenção dos alunos é sair dali. No distrito da Guarda nós fizemos há 2 anos a seguinte análise: todos os alunos que concluíram o secundário e concorreram ao Superior escolheram estudar fora da Guarda. O grande problema que eu vejo é este: se não se tiver cuidado, esvazia-se completamente o interior.

NOTÍCIAS

UFMG recebe XXIII Encontro da AULP

A Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no Brasil, vai acolher o XXIII Encontro da AULP, nos dias 10 e 11 de junho. O Encontro tem como tema principal "Cooperação e desenvolvimento nos países lusófonos: o papel das universidades".

A AULP está neste momento a receber confirmações de presença e já forneceu dados relativos à viagem e ao alojamento, que podem ser consultados na página.

Relatório: " Ensino Superior Português: uma visão do exterior"

A European University Association (EUA) publicou, a 19 de fevereiro, um novo Relatório sobre o sistema de ensino superior Português, o qual foi preparado por uma equipa de peritos europeus. Este relatório foi elaborado a pedido do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) com o objetivo de avaliar o sistema nacional de Ensino Superior, identificar os desafios que enfrenta e enumerar recomendações.



Joaquim Mourato é o novo presidente do CCISP



O Presidente do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Joaquim Mourato, é desde 28 de janeiro o novo Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP).

O novo Presidente adotou como principal meta o aprofundamento do sistema binário que caracteriza o ensino superior português.

Entre as diretrizes que orientam o seu mandato, Joaquim Mourato destaca ao gabinete de comunicação da AULP a urgência que há em se aproveitar toda a capacidade do ensino superior politécnico para ajudar à recuperação de Portugal.

O Presidente do CCISP revela-se disponível para trabalhar em conjunto com o Ministério da Educação e Ciência e com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) na reestruturação do ensino superior. É a respeito desse assunto que aponta haver ainda muito a ser feito, isto porque "quando analisamos a taxa de população ativa com curso superior, Portugal encontra-se abaixo da média europeia", acrescenta.

O encerramento de cursos consiste num procedimento normal e, como o próprio Presidente do IPP esclarece, são as próprias instituições de ensino superior que por sua iniciativa entendem fazer essas alterações. A aposta passará pelo aumento da população portuguesa qualificada, realidade essa apenas possível com um "esforço coletivo de investimento público e privado no ensino superior (§7.17 a 7.19)", de acordo com as propostas deixadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no relatório "A avaliação do sistema de ensino superior em Portugal" (2006).

Joaquim Mourato frisa ainda a importância da complementaridade entre universidades e politécnicos na melhoria da qualidade do ensino superior português. Aprofundar o sistema binário é, portanto, outra das diretrizes que o presidente procura seguir. "Torna-se essencial levar à prática as diferentes missões das universidades e dos politécnicos, tanto no que diz respeito ao catálogo de formações como aos critérios de avaliação dos cursos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3Es), como ainda à diferenciação na avaliação dos projetos pela FCT".

A AULP e o OLP são parceiros

Devido à crescente presença da AULP na *web* - consequente da estratégia de comunicação adotada -, surgiu a oportunidade de parceria com o Observatório da Língua Portuguesa (OLP). Segundo o protocolo que oficializa essa parceria, que é assinado a 1 de março durante uma reunião do Conselho de Administração da AULP, o objetivo principal consiste em fomentar a crescente afirmação da língua portuguesa no mundo, quer promovendo ou participando em atividades e iniciativas com esse fim, quer produzindo ou divulgando recursos e conteúdos que sejam disponibilizados na *internet* nas respetivas páginas eletrónicas.

A conferência "A Sociedade Civil no Plano de Ação de Brasília", realizada em Lisboa a 31 de janeiro, é a mais recente colaboração entre a AULP e o OLP.

CONSAN cria grupo de trabalho em parceria com a AULP

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN) criou, em parceria com a AULP, um grupo de trabalho que tem como objetivo ajudar o Conselho na coordenação das organizações de Ensino Superior da CPLP com relevância na área.

O Grupo de Trabalho do Ensino Superior e de Instituições de Investigação (GT-ESII) vai, ainda, auxiliar o CONSAN nos seus trabalhos regulares e acompanhar a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP.

O convite à integração no grupo será estendido a várias instituições nacionais de ensino superior e de investigação, bem como a estabelecimentos de outros países da CPLP direcionados para a mesma área de estudos.

Por agora, as prioridades do GT-ESII centram-se em ações de formação especializada, na promoção da interação e na delimitação de normas e procedimentos do grupo de trabalho. No entanto, o organismo pretende, entre outras atividades, criar uma pós-graduação em "Governança público-privada em segurança alimentar e desenvolvimento sustentável" e promover o IV Simpósio de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, a decorrer em novembro, na cidade de Praia, em Cabo Verde.



AULP participa na NAFSA 2013

Os parceiros do programa Study in Portugal, coordenado pela Fundação Luso-Americana (FLAD), convidaram a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) a estar presente na Association of International Educators (NAFSA), uma feira internacional norte-americana dedicada à educação e que se realiza anualmente. Este ano a NAFSA terá lugar em St. Louis, Missouri, nos Estados Unidos da América (EUA), de 26 a 31 de maio de 2013, e terá por tema *"Ideals and Impact in International Education"*.

O programa Study in Portugal procura promover as universidades, faculdades e os centros de investigação portugueses nos EUA, bem como aumentar o número de alunos norte-americanos que escolhem Portugal como destino de formação. O programa tem por parceiros o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), a Comissão Fulbright Portugal, o Turismo de Portugal, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), a Embaixada dos EUA em Portugal e as Câmaras Municipais.

No âmbito da estratégia de divulgação do Study in Portugal foi posta em marcha uma campanha promocional (disponível no website www.studyinportugal.net/), e no ano passado, entre 29 de maio e 1 de junho, várias universidades portuguesas participaram pela primeira vez na NAFSA, em Houston.

uso de computadores e com o facto de a conectividade via internet ser dificultada. Atualmente, as questões giram em torno das possibilidades que os novos recursos (computadores, telemóveis ou tablets) podem trazer e de um aumento cada vez maior do número de africanos com acesso à internet.

Sobre o questionário, os dados revelam que muitos inquiridos consideraram inevitável a expansão à conectividade e à tecnologia, mas que desconheciam como isso iria trazer iguais oportunidades aos africanos historicamente mais desfavorecidos.

Por outro lado, os inquiridos não se preocupam tanto com os possíveis efeitos nocivos do uso da tecnologia, com os riscos de privacidade, proteção e segurança dos utilizadores e com a ameaça de aumento do lixo eletrónico em África.



Estudo analisa contributo do eLearning para o desenvolvimento de África

The eLearning Africa 2012 Survey constitui uma análise detalhada sobre o papel da formação - tendo por base as TIC - no contributo para o desenvolvimento de África. O documento junta os resultados de 447 inquiridos, assim como pontos de vista de profissionais de *eLearning* e outros agentes de 41 países africanos.

O estudo teve como objetivo fazer uma retrospectiva do ensino *eLearning* em África, nos últimos cinco anos, assim como desenhar perspetivas futuras relativas às implicações do crescente acesso à internet no continente.

Os principais resultados revelam que, há cinco anos, as preocupações do *eLearning* prendiam-se com o